

ERROS MAIS COMUNS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – COMO EVITAR E RESOLVER DE ACORDO COM O TCU

AO VIVO



02 a 06 de dezembro

O Curso

Uma estratégia eficiente para prevenir vícios nos processos de contratação é conhecer antecipadamente os erros mais frequentes, especialmente aqueles classificados como grosseiros.



O tema que envolve os limites de saneamento é extremamente atual e tem gerado intensas discussões, com importantes e polêmicos precedentes do Tribunal de Contas da União (TCU). Durante o curso, você também terá a oportunidade de aprender como evitar, quando sanear e como resolver vícios e falhas em licitações, contratos e procedimentos de contratação direta, com atenção especial às orientações e recomendações do TCU.

Motivos para participar deste Seminário

Identificar os principais vícios e erros grosseiros dos procedimentos de contratação direta, planejamento e execução do contrato.

Reconhecer os erros que podem ser classificados como grosseiros e suas repercussões, assim como os vícios passíveis de saneamento e os limites para as correções.

Estudar e debater com especialistas no assunto.

Entender as repercussões práticas desses vícios e dominar as boas práticas para evitá-los.

Conhecer os principais entendimentos e as recomendações do TCU e dos tribunais superiores sobre esses assuntos.

Saber empregar as boas práticas para planejar e conduzir contratações com mais eficiência e afastar apontamentos e responsabilizações pelos órgãos de controle.



Diferenciais do Zênite Online:

Plataforma própria Zênite para realização do curso

Aulas 100% ao vivo

Replays disponíveis por 7 dias

Metodologia que permite troca de conhecimento, enfoque aplicado e uso da tecnologia

Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

Professores especializados

Quem deve participar?



Agenda

Agenda infographic with four columns, each containing an icon, a title, and details.

- Realização**
02 a 06 de dezembro
2024
- Carga Horária**
20 horas
- Horários**
14h às 18h
As aulas terão duração diária de 4h, sendo aproximadamente 3h de apresentação, intervalos e até 1h para responder perguntas.
- Replay**
As aulas poderão ser assistidas por até 7 dias após sua realização

Conheça o professor



José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência; e Presidente de Comissões Especiais Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações* e o *Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.



Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021* (Forense, 2022). Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.



Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.



Solange Afonso de Lima

Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogada e Consultora jurídica na área de licitações e contratos há mais de vinte e cinco anos. Foi chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Autora de diversos artigos jurídicos.

REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS: Para o bom funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:
Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - **Internet** de 10Mbps (de preferência por cabo) - **Browser:** Google Chrome, preferencialmente - **Banda ideal:** Inbound participante: 3 Mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Programa completo



Aula 1

Professor: José Anacleto Abduch Santos

Dia 02 de dezembro, das 14h às 18h

IDENTIFICAÇÃO DOS VÍCIOS E ERROS GROSSEIROS, RESPONSABILIDADE E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES – EVOLUÇÃO DESSES TEMAS

- 01** O que são vícios e o que são erros grosseiros? Quais vícios são convalidáveis? Quais precedentes do TCU podem orientar nessa identificação?
- 02** Quais as diretrizes para guiar o agente público com relação às decisões e escolhas? Quais falhas geram responsabilização dos agentes e quais não geram?
- 03** A Lei nº 14.133/2021 traz evolução importante em matéria de regime de nulidade e de saneamento de vícios? Está em alinhamento com a LINDB? Quais os impactos práticos dessa evolução? A jurisprudência e os órgãos de controle estão em sintonia com a evolução legal sobre o tema?
- 04** O contrato nulo opera efeitos concretos? A nova Lei reconhece essa realidade? É possível continuar executando contrato reconhecido como nulo? É correto afirmar que a mudança no regime de nulidades prevista na Lei nº 14.133/2021 traz consigo a superação da Súmula nº 473 do STF?
- 05** Diante de vício de planejamento ou de julgamento identificado apenas na fase contratual, qual a postura a ser adotada? O que precisa ser ponderado para decidir pela nulidade da contratação? Quais as diretrizes da nova Lei, como aplicá-las e quais as referências de precedentes do TCU que podem guiar os agentes públicos?
- 06** Quais as condições atuais para a incidência do dever de indenizar prejuízos aos cofres públicos? Exige-se dolo, erro grosseiro ou culpa? Quais os entendimentos do TCU e do STF?
- 07** Tema de interesse atual é a segregação de funções. Quais os cuidados e as diretrizes seguras para o cumprimento desse princípio? As orientações do TCU estão em consonância com a reserva do possível? Existem diretrizes que podem guiar a Administração?
- 08** Qual o papel e a responsabilidade da assessoria jurídica, do controle interno e da alta administração na implantação de processos, controles e redes de apoio aos agentes responsáveis pelas contratações públicas para evitar a ocorrência de vícios e nulidades?

Programa completo



Aulas 2 e 3

Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

Dias 03 e 04 de dezembro, das 14h às 18h

VÍCIOS MAIS COMUNS NO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – QUAIS AS EVOLUÇÕES SOBRE ESSES TEMAS?

09 Estudo técnico preliminar (ETP) e termo de referência (TR)

- Conteúdo – As perguntas que cada documento precisa responder
- Repetição de conteúdo – Como proceder?
- Falhas no ETP/TR – Repercussões
- Dispensa do ETP e TR
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

10 Gestão de riscos

- Todos os contratos exigem gestão de riscos?
- Finalidade do mapa de riscos, da matriz de riscos e da cláusula de alocação de riscos – Quando elaborar cada um?
- Contratos que exigem cláusula de alocação de riscos
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU
- Pontos de atenção para afastar assimetrias de informações e discussões futuras
- O que deve ser considerado na repartição de riscos

11 Pesquisa de preços e a definição do valor estimado

- Pesquisa de preços para o ETP e para o TR – Diferenças e repetições
- Fontes de pesquisa possíveis e fontes prioritárias
- Metodologias para chegar no preço estimado – Menor, média, mediana, desvio padrão e outras
- Distorções de preços e os procedimentos a serem adotados
- Objetos que exigem planilha de custos unitários
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

Programa completo

- 12** A garantia da qualidade do bem/serviço: pré-qualificação de produto, exigência de amostra, certificação de qualidade, prova de conceito e a indicação/vedação de marca ou modelo – Cabimento e boas práticas
- 13** A quantificação, divisão e reunião do objeto
- Necessidade de quantificar o objeto X SRP X contrato estimativo
 - A divisão e reunião do objeto – Ponderações necessárias: economia de escala, ampliação da competitividade, custos de gestão dos contratos
- 14** Habilitação fiscal
- Regularidade com as Fazendas federal, estadual e municipal – Quando exigir cada uma
 - Dispensa de documentos e o que não pode ser dispensado
 - Não manutenção da regularidade na execução do contrato – Consequências
 - Falhas recorrentes apontadas pelo TCU
- 15** Habilitação técnica
- Qualificações técnicas profissional e operacional – Distinção e quanto exigir
 - Exigência de quantitativos mínimos
 - Obra e serviços de engenharia – Atestado em nome da empresa e o registro no CREA – Novidades da nova regulamentação do CONFEA
 - Serviços terceirizados – Exigência de tempo e experiência com gestão de mão de obra
 - Falhas recorrentes apontadas pelo TCU
- 16** Saneamento de vícios no julgamento de proposta e habilitação
- Falhas e falta de informações na descrição técnica da proposta – Qual o limite?
 - Falhas e falta de documento de habilitação – Envio de documentação complementar – Qual o limite?
 - Defeitos na planilha de custos e o que pode ser corrigido – Alteração de preços unitários e global – Qual o limite?



Aula 4

Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

Dia 05 de dezembro, das 14h às 18h

VÍCIOS MAIS COMUNS NA CONTRATAÇÃO DIRETA – QUAIS AS EVOLUÇÕES SOBRE ESSES TEMAS?

17 Instrução do processo de contratação direta

- Passo a passo seguro e as falhas recorrentes apontadas pelo TCU
- Especificidades da pesquisa de preços nas dispensas e nas inexigibilidades de licitação

18 Dispensa pelo valor

- Plano Anual de Contratações e seu papel fundamental
- Fracionamento indevido em compras, serviços e obras
- Fracionamento indevido nos contratos que admitem prorrogação
- Contratação de manutenção de veículos com fornecimento de peças
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

19 Dispensa por emergência

- Emergência criada por falha de planejamento
- Cuidados na instrução do processo e a juntada posterior de documentos
- Prazo máximo do contrato e prorrogação
- Vedação à recontração do parceiro – Interpretação adequada
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

20 Aquisição e locação de imóvel

- Cabimento e as cautelas para instrução segura
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

21 Inexigibilidade – Serviços técnicos de natureza intelectual

- Ainda a discussão sobre a singularidade
- Possibilidade de fundamentar no *caput* e no inc. II do art. 74 – Diferenças e cautelas
- Documento idôneo para demonstrar a notória especialização
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

Programa completo



Aula 5

Professora: Solange Afonso de Lima

Dia 06 de dezembro, das 14h às 18h

VÍCIOS MAIS COMUNS NA FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO – QUAIS AS EVOLUÇÕES SOBRE ESSES TEMAS?

22 Prazo e prorrogação

- Contratos por prazo e por escopo e a prorrogação
- A falta de formalização da prorrogação no prazo – Efeitos práticos nos contratos por escopo e de prestação de serviços contínuos
- Pesquisa de preços para a prorrogação dos contratos continuados
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

23 Alterações quantitativas e qualitativas

- Limites e as especificidades a serem consideradas em obras, compras e serviços contínuos
- Alterações consensuais sem limites? – Como interpretar o art. 125 da Lei nº 14.133/2021
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

24 Reajuste, repactuação e revisão

- Marco inicial de contagem do prazo e nos períodos subsequentes
- Base de cálculo para aplicação do indicador de reajuste
- Adoção do regime híbrido
- Revisão, reajuste e repactuação e a preclusão do direito
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU
- Análise de pedidos de revisão nos contratos com matriz de riscos

25 Sanções

- Infração X dosimetria da sanção
- Cumulação de sanções
- Efeitos das sanções, inclusive em contratos vigentes e prorrogações
- Fluxos e procedimento
- Falhas recorrentes apontadas pelo TCU

INVESTIMENTO

R\$ 3.270,00 / PARTICIPANTE*

- ★ Lei Digital – Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- ★ Apostila digital específica do curso
- ★ Certificado

* O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, os quais são individuais e intransferíveis.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas ao lado.

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X



Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5



Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7



Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258